

político colonizador, tal como foi no início de nossa História, mas como elemento libertador ao mesmo tempo intelectual, afetivo e ativo na preparação da nacionalidade para as tarefas imperiosas do século XXI.

(Transcr. da “Folha de São Paulo.”)

*

HISTÓRIA DE UMA NOTA SÓ

Ernani Silva Bruno

No recente simpósio promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História disse Odilon Nogueira de Matos que os pesquisadores brasileiros ficaram durante muito tempo presos a uma espécie de “monotemática”, em que os paulistas exageravam a importância das bandeiras, os pernambucanos só se preocupavam com a insurreição antinflamenga, os mineiros valorizavam apenas a Inconfidência, e assim por diante.

A observação parece procedente. Sem que se desconheça a importância, no quadro da evolução da civilização brasileira, de fenômenos ou fatos como a expansão bandeirante, a luta contra os holandeses ou o movimento libertador que teve como cenário a antiga Vila Rica, a verdade é que o excesso de preocupação com temas dessa natureza parece ter impedido que os pesquisadores brasileiros tentassem excursionar por outras áreas também fundamentais de nossa história.

Mas a essa preocupação com assuntos episódios, que seria uma deficiência da historiografia brasileira, poderia se acrescentar uma espécie de distorção ou desconversa que José Honório Rodrigues chama de historiografia biográfica: “A historiografia biográfica tem sido capitulacionista, porque sua imagem é a das classes dominantes, das personalidades dirigentes, nem sempre verdadeiramente criadoras e fertilizadoras do nosso processo histórico”.

Talvez, em última instância, a monotemática e a historiografia biográfica sejam frutos de uma mesma mentalidade, cujos representantes parecem convencidos de que não se deve investigar o passado para verificar crua-mente como ele foi, tecido de riquezas e misérias, de renúncias e ambições, de heroísmo e patifarias. E sim para louvar sem restrições esse passado, como se ao longo dos séculos tivéssemos sido sempre uma população composta só de heróis, de idealistas, de generosos, de santos. Os que assim pensam, regalam-se, ao mesmo tempo, com as figuras dos homens poderosos e dos ricos de cada época, como se a existência de tais figuras não implicasse o reconhecimento de um

sintoma de moléstia social extremamente grave: a existência de milhões de homens que nada possuíam e que nada podiam.

Essa maneira de encarar o passado se reflete, por exemplo, em livros de memorialistas de famílias da classe dominante que, em sua infância ou adolescência, viveram a época final do cativo. A ternura por seus pais ou avós leva-os por vezes a traçarem quase uma apologia das condições de vida das negras e dos negros que enxameavam em suas mansões, em suas fazendas, em seus engenhos. E por pouco não nos fazem acreditar que os troncos, as golilhas, os vira-mundos, as gargalheiras (de que o antropólogo Artur Ramos fez um levantamento e uma classificação muito interessantes) tivessem sido usados, no tempo do cativo, como peças de adorno ou decoração. Fica-se matutando como certos aspectos de nossa história social se beneficiariam de novas luzes se alguns cativos ou descendentes de cativos tivessem podido escrever suas memórias. Teríamos, ao lado do depoimento da casa-grande, o testemunho da senzala. O retrato de uma época da sociedade brasileira vista também pelos olhos da muçama, do moleque de recados, da mãe preta, do negro do eito.

O fato é que existe uma falsa historiografia de louvações, cujos praticantes se sentiram magoados, por exemplo, quando Alcântara Machado se referiu à pobreza da sociedade paulista da época do bandeirismo. E que se mostravam delirantes de emoção retrospectiva ao dizerem, cheios de orgulho, que na grande casa de fazenda do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, em Araçariçuama, havia, debaixo dos numerosos leitos, uma centena de mimosos urinóis de prata.

Dessa mesma mentalidade resulta também o desconhecimento de certos aspectos importantes da evolução da cultura brasileira, como por exemplo, o da habitação e seus equipamentos. Quase todos aqueles autores que tentaram estudar a evolução dos móveis, dos utensílios e dos demais objetos do ambiente caseiro do Brasil, focalizaram a matéria como um capítulo de história da arte. O que pode ser muito útil e louvável, mas não esgota o tema, porque na maioria das habitações, como é óbvio, o equipamento caseiro não se compõe em função da arte erudita, mas se improvisa sob a inspiração dos recursos disponíveis e das necessidades práticas. E como a história da civilização brasileira deve significar a história do povo brasileiro, qualquer enfoque restritivo é uma distorção. Quem imaginar que o brasileiro, em qualquer época de nossa história, viveu entre tapeçarias, móveis Luís XV, travessas e pratos da louça das Índias, quadros renascentistas e prataria aos quilos ou às arrobas, só pode estar delirando ou afetado da mania de grandeza.

A essa mania de grandeza não se ajustam os rudes e pobres equipamentos que povoaram, através dos séculos e ao largo das regiões, a morada do brasileiro. A rede, a esteira, a gamela de banho, a prensa de mandioca, o pote

feito por crioulo índio, a candeia de barro, o polvarinho de chifre — coitados — não conferem “status” aos seus remotos possuidores. Nem conseguem qualquer cotação que sensibilize os antiquários e os intermediários. Nem se enquadram no rol das antiguidades consagradas pela museologia convencional. Nem dispõem de genealogia que os encaixe nas grandes tendências artísticas universais.

Como não existem jiraus manuelinos, canastras D. João V, pilões neoclássicos ou cuscuzeiros de Sèvres, fica completamente à margem dos estudos daqueles autores toda a humilde tralha que assistiu e participou da vivência doméstica do brasileiro de outras épocas. Principalmente do brasileiro puro e simples, que não foi alcaide nem capitão-mor da vila, nem conde, visconde, barão ou camareiro do paço imperial, mas que fez parte — com sua casa e seus pertences — da população nacional, em visto do que parece ter conquistado o direito à atenção dos atuais historiógrafos. E, por conseqüência, à atenção dos museólogos e orientadores de museus que por acaso pretendam manter seus compromissos com a cultura brasileira.

(Transcr. da “Folha de São Paulo”, 21-8-1979.)

*

DEMORA A ABOLIÇÃO ? ADIEMOS A ABOLIÇÃO

Hernâni Donato

Estava claro: um amanhã dos próximos e a escravidão resultaria abolida.

Além da perda do capital representado pelo corpo do negro e das comodidades a que a sociedade escravocrata se acostumara, patenteava-se grande preocupação: como substituí-lo nos trabalhos da roça ou da casa ?

Os que se demoraram a cogitar sobre o problema, chegaram à solução: se não havia como lutar contra a abolição, poder-se-ia retardá-la, apressando-a. A maior parte dos escravos não queria outra coisa se não a liberdade. Pois era dá-la, para negá-la. Mantendo-o no serviço, até mais prestativo e pois, feliz, com a ilusão da liberdade oficial.

Quebrem-se os grilhões, atem-se os contratos de serviço. As leis mantinham minuciosa severidade quanto aos contratos de prestação de serviços. Locadores e locatários jungiam-se com papéis selados e testemunhas. Os contratos serveriam, perfeitamente, para manter escravos os libertos.

A partir de 1870, um pouco por toda parte, os livros dos juizados de paz foram registrando contratos, no meio dos quais o negro passava a